



ATA DA REUNIÃO Nº 043 (nº04/2015) DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU/PR, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2015, NA SEDE DO CONSELHO ESTADUAL, SALA JOÃO BATISTA VILANOVA ARTIGAS, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, às 14 horas e quinze minutos, na Sala João Vilanova Artigas da Sede do Conselho Estadual, sito a Avenida Nossa Senhora da Luz, 2.530, Alto da XV, na cidade de Curitiba-PR, realiza-se a Sessão Ordinária nº 043/2015 (04/2015), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR - Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Arquiteta e Urbanista, Mônica de Lacerda Gomara - Assistente de Plenária do Conselho. A Sessão contou com a participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas **ANDRÉ LUIZ SELL, BRUNO SOARES MARTINS, GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS, CRISTIANE BICALHO DE LACERDA, IDEVALL DOS SANTOS FILHO, IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, LEANDRO TEIXEIRA COSTA, LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, MARGARETH ZIOLLA MENEZES, NESTOR DALMINA, ORLANDO BUSARELLO, RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES e RONALDO DUSCHENES**.

Participaram, ainda, da presente Sessão, o Conselheiro Suplente, Arquiteto e Urbanista **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** e o Conselheiro Federal Titular **MANOEL DE OLIVEIRA FILHO**.

Ficam justificadas, de acordo com o 20º Artigo da Seção I, do Capítulo III, do Regimento Interno do CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Arquitetos(as) e Urbanistas, **ANÍBAL VERRI JUNIOR, CARLOS DOMINGOS NIGRO, CARLOS HARDT e CAROLINE SALGUEIRO DA PURIFICAÇÃO MARQUES FENATO**. Presentes, também, nesta Sessão, os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de Comunicação, Antonio Carlos Domingues da Silva; o Analista Geral, Paulo Roberto Sigwalt; a Assessora Jurídica, Cláudia Cristiana Taborda Dudeque; o Coordenador Jurídico, Augusto Vianna Ramos; a Assistente de Plenária, Mônica de Lacerda Gomara; e o Analista de TI, Tiago Leinig.

**I REUNIÃO DAS COMISSÕES:** As Comissões reuniram-se durante o período da manhã, das 09 às 12 horas, com intervalo de quinze minutos para *coffee-break*.

**II QUÓRUM:** Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o 62º Artigo do Regimento Interno do CAU/PR, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão, segundo Pauta apresentada.

**III ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Colocada em votação, com as devidas observações feitas pelo Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS FILHO; e abstenção de voto por ausência dos Conselheiros(as) Titulares CRISTIANE BICALHO DE LACERDA, ORLANDO BUSARELLO, RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES E RONALDO DUSCHENES, foi aprovada a Ata correspondente a Sessão Ordinária nº 042 (03/2015) de 31/03/2015.

**IV PAUTA:** Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária nº 043, quarta Reunião Ordinária de 2015 do CAU-PR, com Extrapauta.

**V APRESENTAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS:**

**1 Correspondências recebidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências recebidas, 03 (três) são oriundas do CAU/BR; e 03 (três) são de remetentes diversos, destinados à Presidência do CAU/PR; a Assessoria Jurídica e o setor de Fiscalização não apresentaram listagem.



47 **2 Correspondências expedidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências expedidas,  
48 01 (uma) foi enviada ao CAU/BR; 24 (vinte e quatro) destinam-se a remetentes diversos; e 01  
49 (uma) é oriunda do setor de Atendimento; a Assessoria Jurídica e setor de Fiscalização não  
50 apresentaram listagem.....

51 **VI DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:**.....

52 Os processos foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada no  
53 período da manhã.....

54 **VII ORDEM DO DIA:** .....

55 **1 Palavra do Presidente: Súmula das Resoluções do CAU/BR; Normas de Inadimplência;**  
56 **Treinamento SICCAU; Apresentação dos novos funcionários; Texto do Arquiteto e**  
57 **Urbanista Raul Nobre; Comissão Especial de Relações Internacionais do CAU/BR.**.....

58 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra aos Conselheiros que, em três anos de  
59 CAU, há mais de cem resoluções elaboradas e aprovadas pelas comissões nacionais, que  
60 foram inventariadas pelo CAU/PR, por interesse das cinco Comissões. Explica que,  
61 atualmente, tem-se pautado no Fórum de Presidentes a necessidade urgente do que se  
62 chama “consolidação das resoluções”, pois, além de servir como regulamentação, elas  
63 devem ter aplicabilidade. O trabalho desenvolvido, segundo o Presidente, pode ser  
64 denominado de “súmula”, e deve oferecer aos Coordenadores das Comissões desde a íntegra  
65 das resoluções, quanto um “passo-a-passo” para a sua prática. De acordo com ele, esta  
66 proposta já foi formalizada junto ao Plenário do CAU/BR, pelo Conselho Federal Titular  
67 MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, mas não deve ser concluído com a brevidade necessária. Daí o  
68 motivo do CAU/PR assumir a responsabilidade no desenvolvimento deste trabalho, apesar da  
69 mudança de equipe e suas limitações decorrentes. A seguir, relata sobre a reunião entre o  
70 CAU/PR e o CRA - Conselho Regional de Administração - que, em acordo de parceria, alerta o  
71 CAU sobre a necessidade de se estabelecer normas de inadimplência, a partir do quarto ano  
72 da fundação institucional. Sobre tal, o Presidente menciona: “Estamos entrando no quarto  
73 ano de arrecadação, e não temos orientação alguma sobre cobranças oficiais. Os relatórios  
74 oferecidos pelo SICCAU são parciais e não oferecem, por exemplo, a possibilidade da análise  
75 de protocolo das anuidades dos profissionais que parcelam as suas anuidades”. Assim sendo,  
76 o Presidente propõe que as Assessorias Jurídica e Financeira do CAU/PR desenvolvam um  
77 documento que fundamente a tomada de decisões até que uma resolução do CAU/BR  
78 regule esta cobrança. Esclarece, ainda, que uma solicitação de ajuste no SICCAU já foi  
79 protocolada no gerenciador de demandas, porém, sem perspectiva de resposta para a  
80 solução do problema. Também neste contexto, o Presidente solicita ao Plenário a aprovação  
81 do envio de ofícios aos profissionais de área do Estado - texto a ser aprovado na próxima  
82 Reunião Plenária - como um informe extrajudicial aos inadimplentes. Esta atitude, explica,  
83 mesmo que provisória, deve oferecer respaldo às futuras decisões do CAU/PR quanto à  
84 questão, pois o Conselho Deliberativo pode ser comprometido, se não houver uma ação  
85 imediata. Relata, na sequência, a respeito do curso de atualização/treinamento gratuito  
86 sobre o SICCAU, oferecidos aos Arquitetos e Urbanistas do Estado, coordenado por dois  
87 funcionários do Conselho que se deslocam às Regionais, no intuito de “minimizar” o serviço  
88 de Atendimento e informar o profissional sobre as alterações no sistema. Por fim, o  
89 Presidente faz a apresentação dos dezoito concursados que, de acordo com ele, traz  
90 estabilidade ao quadro de funcionários, obrigando o Conselho a se organizar quanto aos  
91 planos de cargo e salários, bem como nos fluxos e processos de funcionamento. Nomeia,  
92 primeiramente, os funcionários do Conselho, readmitidos enquanto concursados: Alex



93 Sandro Morais Monteiro, Analista de Compras; Ana Paula dos Santos, Assistente de  
94 Atendimento da Regional de Londrina; Ana Paula Mocelin, Assistente de Atendimento da  
95 Regional de Pato Branco; Leandro Reguelin, Assistente Jurídico; Maria Helena Silva de  
96 Almeida, Assistente de Atendimento. E prossegue com os recém-admitidos: Alisson Castro  
97 Geremias, Jornalista; André Felipe Casagrande, Analista Geral; Elaine Cristina Nieviadonski  
98 Penteadó, Assistente de Atendimento; Izabelle Bonatto, Analista Administrativo; João  
99 Eduardo Dressler Carvalho, Assistente Contábil; Ligia Mara de Castro Ferreira, Assistente de  
100 Atendimento da Regional de Cascavel; Márcio Rogério da Silva Lisboa, Assistente de  
101 Atendimento da Regional de Maringá; Mauro César Bento Júnior, Assistente de Atendimento;  
102 Paulo Roberto Sigwalt, Analista Geral; Selene Vanessa Cunha Lopes, Assistente  
103 Administrativo; Sonia Maria Maluf da Silva, Advogada; Tadeu Gonsales Galvão, Analista  
104 Arquiteto e Urbanista; e Tiago Leinig, Analista de TI. Após as apresentações, o Conselheiro  
105 Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE manifesta-se sobre um *e-mail* que circulou dentro do  
106 grupo do COSU - Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil, solicitando seu envio  
107 aos Conselheiros desta Plenária. Relata sobre as questões levantadas pelo autor do texto, o  
108 Arquiteto e Urbanista Raul Nobre - membro do IAB e Vice-Presidente do CAU/BA - por sua  
109 relevância e pertinência aos problemas enfrentados na primeira gestão do CAU. Observa que  
110 o texto foi desenvolvido a partir da indagação de uma profissional de Minas Gerais, que  
111 pondera sobre os motivos que levam a sociedade “a aceitar arquitetos falsos e não aceitar  
112 médicos falsos”. O documento compreende dez páginas e, de acordo com as palavras do  
113 Conselheiro, é uma das maiores reflexões que ele já viu, até agora, a respeito do CAU  
114 (ANEXO I). Dentre as questões levantadas, cita que o autor fez uma análise do Conselho e  
115 algumas das ilusões que os arquitetos e militantes de entidades, inclusive do IAB, têm em  
116 relação ao CAU. Ilusões que, segundo ele, são completamente ilógicas, inócuas: “Quanto a  
117 eventual atuação do Conselheiro Federal dos Estados, aquele mesmo problema que  
118 percebíamos aqui no Paraná, ele coloca isso em outro nível, falando do mesmo problema no  
119 CAU/BA e, eventualmente, de todos os outros representantes do CAU Federal; até a própria  
120 noção do que seja um Conselheiro Federal, a atuação internacional do CAU e, inclusive, as  
121 decisões do CAU que ele, frontalmente, considera uma série de decisões equivocadas”.  
122 Pondera acerca dos parágrafos iniciais do texto, em que o autor assume a *mea culpa*  
123 enquanto membro do IAB, dizendo que muitas vezes a Instituição desconhece o que seja o  
124 próprio CAU - o que, segundo o Conselheiro - o deixa muito satisfeito, pois esta crítica  
125 consistente, mais incisiva, nasce no interior do próprio IAB. Como exemplo, cita diversas  
126 questões da pauta, dentre elas: 1) o IAB e outras entidades, que, segundo o autor do texto,  
127 tencionam um CAU parecido com a OAB o que, para ele, é um raciocínio ilógico, pois a  
128 Ordem dos advogados, que domina o Jurídico Nacional, conseguiu criar um sistema próprio,  
129 e jamais uma outra entidade vai surgir nos mesmos moldes; 2) trecho do texto denominado  
130 “A Torre de Marfim” que, nas palavras do Conselheiro, refere-se a um “isolamento em si  
131 próprio” do CAU Nacional, em determinadas posturas, inclusive, no que diz respeito a  
132 produção de mais de 100 (cem) resoluções e patrocínio de algumas iniciativas; 3) no quarto  
133 parágrafo da página três, o autor aponta o “distanciamento” entre o CAU/BR e os CAU/UF,  
134 por suas resoluções; 4) a argumentação do autor do texto sobre o “tamanho” da Sede do  
135 CAU/BR que, conforme ele, é “pequeno demais, só cabe Conselheiro Federal. [...] Um  
136 ambiente pequeno para que não haja acesso a mais ninguém que não seja deus do Olimpo”;  
137 5) quantos às reuniões da primeira gestão - o autor faz exceção a Comissão de Política  
138 Profissional e a Comissão de Ética e Disciplina - critica a condução dos trabalhos, que



139 ofereciam aos demais Conselheiros convocados apenas discussões menores; 6) sobre os  
140 Conselheiros Federais eleitos pelos Estados, o autor coloca que os mesmos são tidos como  
141 “entes superiores, acima do bem e do mal” o que, de acordo com o Conselheiro, incide  
142 também sobre os problemas enfrentados por outros CAU/UF, e não somente o CAU/PR; 7)  
143 no que trata da atuação do CAU/BR - também levantada na última Plenária estadual pelo  
144 Conselheiro Federal Suplente JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO - o autor aponta uma ação  
145 “polêmica e criticável” no que diz respeito a área internacional, assinalando que o CAU  
146 Nacional tem feito acordos internacionais *ad referendum*, uma política *ad hoc*, “inventada dia  
147 após dia sem qualquer plano estratégico que a organize”, ou existe um plano estratégico que  
148 não foi mostrado pra ninguém. Neste contexto, o Conselheiro esclarece que o Arquiteto e  
149 Urbanista Raul Nobre é representante do IAB na área de políticas internacionais, com vinte  
150 anos de vivência/experiência no exterior; 8) incluso na página sete, o autor coloca decisões  
151 preocupantes, “inaceitáveis” que foram tomadas pelo CAU/BR, sem debate possível em  
152 Fórum, citando e comentando exemplos diversos; 9) aponta uma crítica incisiva à construção  
153 do Conselho, em que a contratações de empresas, funcionários assessores e demais,  
154 ocorreram “desconhecendo-se a essência de um Conselho Profissional”, e em cuja  
155 organização surgem, a seu ver, duas classes de funcionários - os *montadores*, com faixa  
156 salarial que se aproxima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e os *frentistas*, que ganham pouco  
157 mais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), gerando uma disparidade de valores entre chefes e  
158 subalternos que tem sido um problema constante na gestão do CAU; 10) observância sobre  
159 as condições dos CAU/Mínimos em comparação aos demais; 11) por último, cita as  
160 considerações acerca das diárias oferecidas aos Conselheiros Federais, fazendo uma reflexão  
161 sobre o recebimento de salários. Assim sendo, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA  
162 DUDEQUE considera o texto “uma das peças mais cruciais de debate a respeito do CAU” e  
163 espera “ver como é que ele deve ser tratado na próxima Reunião, porque já dá para imaginar  
164 que certos grupos se sentem incomodados com um texto tão claro, tão incisivo e tão bem  
165 marcado na sua posição”. Finalizando, destaca que a apresentação do documento visa, antes  
166 de tudo, mostrar que problemas enfrentados não são exclusivos ao Paraná, mas de toda a  
167 representação Nacional. Com a palavra aberta, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
168 manifesta-se, distinguindo que grande parte dessa análise se notava na rotina do CAU/PR,  
169 “onde a cada dúzia de resoluções, que nunca vinham sozinhas, entre receber, entender e  
170 preparar o Conselho do Paraná para atendê-las e questioná-las, e poder fazer disso uma  
171 política, perdeu-se muito tempo. E o Paraná, na maioria das vezes, não se omitiu”. O  
172 Conselheiro Federal Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO relata que esteve presente na última  
173 reunião Federal na Comissão Especial de Relações Internacionais e teve a oportunidade de  
174 inteirar-se da questão das viagens, especialmente no período em que foi firmado o acordo  
175 com a Ordem dos Arquitetos de Portugal. E, de acordo com o Conselheiro, a maior  
176 dificuldade no acordo é a troca de informações entre os Países, especialmente de Portugal  
177 para o Brasil: “Então, quando muita gente achava que isso seria uma abertura para os  
178 profissionais invadirem o Brasil e aqui atuarem, o fato causou espanto, porque só nove  
179 processos estão acontecendo com relação a pedido de registro, tanto temporário como  
180 definitivo”. Esclarece que outros convênios estão sendo firmados com a Costa Rica, países da  
181 África e outros de língua portuguesa. Outra questão tratada na reunião da CER/BR é a que  
182 abrange o ensino continuado da Arquitetura e Urbanismo. Alguns integrantes da Comissão  
183 têm estabelecido contato com países como os Estados unidos e Inglaterra para trazer um  
184 “modelo” de atualização profissional que se adapte ao Brasil, o que confirma o trabalho





185 intenso que a presente Comissão tem efetuado, na tentativa de definir convenções  
186 internacionais, que possam alavancar os trabalhos do Conselho Nacional, neste contexto.  
187 Com a palavra aberta, sem demais manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
188 agradece o exposto e passa ao relato das Comissões.....

189 **2 Relato das Comissões.....**

190 **2.1 Relato da Comissão Especial das Câmaras Técnicas.....**

191 Sobre o andamento dos trabalhos das Câmaras Técnicas o Presidente JEFERSON DANTAS  
192 NAVOLAR lembra aos Conselheiros que foram eleitos quase cem Arquitetos e Urbanistas  
193 como Agentes das Regionais, o que propicia ao CAU/PR uma política participativa entre  
194 Conselho, profissionais de área e sociedade. No início dos trabalhos, no entanto, o Conselho  
195 verificou a falta de dados atualizados sobre a atuação dos profissionais no Estado que  
196 fundamentassem seu desenvolvimento. Assim sendo, o Assessor das Câmaras Técnicas do  
197 CAU/PR, Jornalista José Fernando da Silva, elaborou um questionário (ANEXO II) que está  
198 sendo respondido por 40 (quarenta) municípios paranaenses selecionados, para maior  
199 compreensão da realidade das Prefeituras e órgãos públicos relacionados ao trabalho dos  
200 Arquitetos e Urbanistas, especialmente no que se refere a construção do Plano de  
201 Fiscalização dentro do Estado do Paraná. A instalação das Câmaras Técnicas abrange, de  
202 acordo com o Presidente, as sete atribuições principais que, catalogadas, devem  
203 corresponder, aproximadamente, a 90% (noventa por cento) das atividades dos profissionais  
204 de área, perante a sociedade. Como exemplo, cita a questão do Patrimônio Histórico e  
205 Cultural no contexto paranaense: “Temos Leis Federais que nos dão umas duas dúzias de  
206 bens tombados no Estado do Paraná, sabemos exatamente onde eles estão, porque foram  
207 tombados e qual a situação atual. Temos Leis Estaduais que nos apresentam uma centena de  
208 imóveis no Paraná, e nós não temos informações completas sobre eles, ou se os seus  
209 municípios já têm legislação acerca de patrimônio. Então, fica a pergunta: Como é que vamos  
210 fiscalizar uma atribuição nossa, inclusive aceita pelo sistema Confea/CREA como atribuição  
211 exclusiva, se sequer sabemos quantos imóveis são protegidos no Paraná?”. Desta forma, o  
212 Presidente explica a intenção de se desenvolver uma tabela georreferenciada destes imóveis  
213 - insumo para a Fiscalização e planejamento por Regional - a partir do questionamento  
214 programado. E continua: “Assim, vamos ter um inventário quantificado, qualificado,  
215 georreferenciado de todo o patrimônio edificado no Paraná, que deve ser objeto de  
216 fiscalização do CAU/PR”. Outro modelo apresentado pelo Presidente é o que trata do Plano  
217 Diretor dos Municípios paranaenses: “Plano Diretor é atribuição exclusiva do Arquiteto e  
218 Urbanista: Como é que está a situação dos planos diretores no Estado? Que data vence? Que  
219 qualidade tem? Que estágio está? Qual a perspectiva do município em admitir o Estatuto da  
220 Metrôpole? Não temos esse conhecimento. E não adianta o início do trabalho de Fiscalização  
221 sem estas informações, que só apontaria a fragilidade total do sistema de planejamento do  
222 Conselho. No Paraná, estamos evitando esse tipo de situação. Vamos à busca de informações  
223 de qualidade, fazer com que os Arquitetos apreendam suas atribuições profissionais.  
224 Queremos saber como funcionam as prefeituras para a tomada de decisões fiscalizadoras. E  
225 esse é um processo longo, denso, que foi construído neste Plenário e que, espero, a segunda  
226 gestão dê continuidade”. Passada a palavra ao Assessor das Câmaras Técnicas, José Fernando  
227 da Silva, ele relata que, na instauração das Câmaras Técnicas, o CAU/PR deparou-se com a  
228 falta de dados para confecção dos materiais iniciais, visto ser o Paraná o primeiro Estado a  
229 desenvolver este trabalho. Assim sendo, explica, no início, o Conselho planeja atingir o  
230 número de 40 (quarenta) municípios, dos 399 (trezentos e noventa e nove) do Paraná, o que



231 forneceria uma amostra de 10% (dez por cento) ao Conselho para trabalho de estatística. A  
232 aplicação dos questionários iniciou-se pelas Cidades-Sedes de Regiões Metropolitanas, tais  
233 como Londrina, Maringá e Apucarana. O Município de Rolândia também foi contemplado,  
234 pela proximidade destas cidades, mas deve ser repassado, por problemas políticos. Para esta  
235 semana está prevista a visita às prefeituras de Umuarama e Campo Mourão, seguindo-se as  
236 cidades de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Sobre tal, o Assessor solicita a colaboração dos  
237 Conselheiros e Agentes de Câmaras Técnicas para um apoio perante as prefeituras e  
238 secretarias locais, para que reforcem a importância da devolução do questionário preenchido  
239 ao Conselho. Explica, ainda, que este trabalho deve estender-se até o mês de Julho. Com a  
240 palavra aberta, o Conselheiro Titular NESTOR DALMINA observa que, do seu ponto de vista -  
241 enquanto ex-secretário de Planejamento de Cascavel - algumas das informações colhidas nas  
242 Secretarias de Comunicação das prefeituras visitadas podem estar “distorcidas” e, portanto,  
243 acredita que a secretaria mais adequada para a aplicação do questionário seja a de  
244 Planejamento que, inclusive, no seu pensar, deve ser sempre coordenada por um profissional  
245 Arquiteto e Urbanista. No que concerne à cidade de Cascavel, o Conselheiro coloca-se à  
246 disposição do Conselho para acompanhar a visita à Prefeitura e Secretarias. Ao que o  
247 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agrade e esclarece que as demais prefeituras  
248 também devem ser oficiadas, acreditando-se que, em média, 10% (dez por cento) a 15%  
249 (quinze por cento) delas devam responder ao questionário. Há um pequeno debate quanto a  
250 forma de aplicação dos questionários, em que incluem-se as secretarias e órgãos de  
251 interesse, informações constantes no IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -  
252 dados das regiões metropolitanas, prazos a cumprir, estatísticas atuais e uso de mala-direta  
253 para o envio dos questionários. Sobre os apoios estabelecidos pelo Conselho para a  
254 efetivação dos trabalhos das Câmaras Técnicas o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
255 lembra as recentes visitas ao CRA - Conselho Regional de Administração, e OAB - Ordem dos  
256 Advogados do Brasil, onde levantou-se a questão dos Planos Diretores e Estatuto das Cidades  
257 dentro das recém-criadas Regiões Metropolitanas; bem como ponderou a necessidade de  
258 outras pautas com os demais Conselhos estaduais, o que é acordado pelo Plenário. Com a  
259 palavra aberta, sem manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR encerra o  
260 relato da presente Comissão.....

## 261 **2.2 Relato da Comissão de Exercício Profissional.....**

262 O Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA relata que na Reunião das  
263 Comissões, ocorrida pela manhã, foram devolvidos a Colaboradora de Comissão, Andressa  
264 Fabiana de Oliveira, alguns processos que haviam sido encaminhados à Comissão na Plenária  
265 de Guarapuava. A seguir, esclarece que o Agente de Fiscalização, Arquiteto e Urbanista  
266 Walter Gustavo Linzmayer, fez a apresentação dos documentos alusivos ao processo de  
267 Mangueirinha - já sistematizando as informações relevantes - que devem ser entregues ainda  
268 esta semana à Comissão para apreciação. Segundo o Conselheiro, o único material faltante  
269 no que se refere a este processo, é um relatório sobre as penalidades possíveis ao caso de  
270 acordo com as regulamentações do CAU, que já foi solicitado ao Agente de Fiscalização.  
271 Relata, outrossim, o debate da Comissão acerca da Lei 13.915/2011, da Prefeitura Municipal  
272 de Curitiba - que trata das informações constantes nas peças de divulgação e placas de obras  
273 da cidade - para que seja encaminhada, enquanto proposta, às prefeituras municipais do  
274 Estado, fundamentada na Resolução nº 67 do CAU/BR. Sobre tal, a Comissão solicita que a  
275 Assessoria Jurídica e o setor de Fiscalização do CAU/PR possam efetivar o encaminhamento  
276 do documento aos municípios. O Conselheiro assinala a Reunião Extraordinária realizada na



277 sede do CAU/PR, em que participaram as Comissões de Exercício Profissional e Ética e  
278 Disciplina, onde foram apresentadas as sistematizações dos processos dentre as duas  
279 Comissões, pelo Agente de Fiscalização, Walter Gustavo Linzmayer. Na ocasião, ele relata que  
280 a Comissão também solicitou uma “estruturação” entre a Assessoria Jurídica e setor de  
281 Fiscalização do CAU/PR, para que os processos a ela encaminhados “já venham cumprindo o  
282 escopo que manda o fluxograma, que seria o oficiamento das partes, o relatório por parte do  
283 jurídico ou do agente de fiscalização, a notificação e o ato de infração”, com o objetivo de  
284 agilizar o fluxo de processos a ser deliberado. Com a palavra aberta, sem manifestações, o  
285 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato da Comissão, passando ao  
286 subsequente.....

### 287 **2.3 Relato da Comissão Temporária da Sede.....**

288 O Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES lembra aos Conselheiros que a última  
289 deliberação do Plenário foi a contratação da Câmara de Valores Imobiliários do Paraná para a  
290 avaliação dos três imóveis selecionados. A partir disso, relata que foi detectado pela  
291 Comissão um número enorme de erros - que foram apontados em relatórios à CVI - porém, o  
292 material devolvido ao CAU/PR não trouxe os documentos originais corrigidos pela Comissão,  
293 o que impossibilitou a verificação das solicitações anteriores. Apresenta, assim, o resumo das  
294 apreciações dos imóveis, destacando os potenciais construtivos, valor de metro quadrado  
295 (considerando-se a localização), valor geral de venda (VGV), observações quanto às unidades  
296 de interesse de preservação (UIP), variantes do mercado (permuta, considerações acerca de  
297 terrenos adjacentes) e comparativo de valores entre as avaliações do CAU/PR e a CVI. Para os  
298 imóveis, o Conselheiro aponta, ainda, um “valor-base” e “valor-teto” de negociação, de  
299 acordo com o apresentado em tela (ANEXO III). Há novo debate sobre as questões expostas,  
300 ao que o Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES esclarece que o  
301 trabalho desenvolvido pela Câmara de Valores Imobiliários foi solicitado como base de  
302 cálculo, são valores empíricos, e não consideram a medida histórica e cultural do imóvel. O  
303 Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES coloca que, a partir destas considerações,  
304 o CAU/PR deve planejar uma estratégia para avaliar todos os aspectos referentes aos imóveis,  
305 inclusive as características peculiares de cada um, e iniciar uma negociação. Após novo  
306 debate, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra que o Conselheiro Titular  
307 ORLANDO BUSARELLO já havia desenvolvido dois estudos de viabilidade para os imóveis em  
308 questão e que a tomada de decisões é imperativa, visto que o Conselho dispõe de receita que  
309 deve ser aplicada, exclusivamente, em passivo financeiro. O Conselheiro Titular Federal  
310 MANOEL DE OLIVEIRA FILHO relata que na Reunião das Comissões do CAU/BR colocou-se que  
311 a Secretaria da Presidência da República está levantando a condição financeira dos Conselhos  
312 Nacionais que, segundo cálculos estimados pelo Governo Federal, deve chegar a R\$  
313 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de reais) e cujo valor já foi cogitado para aplicação em  
314 projetos governamentais. Dentro deste valor, o CAU/BR deve contar com, aproximadamente,  
315 R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e o Paraná deve, como os demais estados, fazer  
316 uso da sua quantia destinada ao passivo. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra  
317 também da hipótese de se negociar o imóvel em leilão próximo a Boca Maldita, no centro de  
318 Curitiba, que já havia sido levantada em Plenárias passadas. A família proprietária conseguiu  
319 sustar o leilão na ocasião para reavaliação do lance inicial, que passou de, aproximadamente,  
320 R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 8.358.000,00 (oito milhões,  
321 trezentos e cinquenta e oito mil reais), a encerrar-se no dia 22 de Maio próximo. O  
322 Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES indaga se há a intenção de se adquirir os



323 imóveis dos escritórios do interior do Estado, ao que o Presidente responde que ainda há um  
324 compromisso não cumprido de instalação de sede na regional de Guarapuava, mas que a  
325 compra de um imóvel em Curitiba e sua adaptação às necessidades do Conselho  
326 provavelmente inviabilizariam outra aquisição. Sobre tal, o Conselheiro Titular NESTOR  
327 DALMINA coloca que, em conversa com o Prefeito de Cascavel, ele acordou com a doação de  
328 um terreno para a construção de uma sede do CAU/PR no Município, caso houvesse  
329 interesse. Ele também considera os valores apontados pela Câmara de Valores Imobiliários  
330 do Paraná, sustentando que, na sua opinião, estão em desacordo em relação a localização e  
331 qualidade dos imóveis. Há um novo debate entre os Conselheiros e o Presidente JEFERSON  
332 DANTAS NAVOLAR coloca que o imóvel da atual sede já está no limite da sua capacidade,  
333 sendo utilizadas 22 (vinte e duas), das 24 (vinte e quatro) estações de trabalho existentes,  
334 enquanto que um *lay-out* prévio desenvolvido para a casa “Axelrud” aponta a possível  
335 instalação de 60 (sessenta) estações de trabalho, sem ampliações. A Conselheira Titular  
336 MARGARETH ZIOLLA MENEZES observa a importância da verificação da “vizinhança” na  
337 escolha do imóvel, especialmente considerando-se o valor de oferta inicial já apresentado  
338 para negociação. E, dentro destes parâmetros, ela posiciona-se a favor do imóvel “Axelrud”,  
339 considerando-o mais adequado para as possibilidades futuras, especialmente no que  
340 concerne à área de estacionamento. O imóvel atual, sem a construção imediata de um anexo,  
341 do seu ponto de vista, é inviável. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR observa  
342 que o contrato da casa “Mario de Mari” deve vigorar ainda por mais três anos, com  
343 preferência de compra. Caso a opção seja o imóvel “Axelrud”, há a possibilidade de uma  
344 transferência tranquila, em etapas, com a particularidade de transformar o espaço atual em  
345 uma “sede social”. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE lamenta o valor do  
346 imóvel da Avenida Luiz Xavier, porém, continua apoiando a sua negociação. E explica:  
347 “Porque nós estamos discutindo aquilo, o valor de mercado, como se o CAU fosse uma  
348 entidade com fins lucrativos. Tudo bem, que isso serve de uma base simplesmente para que  
349 nós não sejamos criticados”. Sobre tal, a Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA MENEZES  
350 nota que esta possibilidade não estava mais em pauta. Ao que o Presidente JEFERSON  
351 DANTAS NAVOLAR lembra que o leilão havia sido cancelado. E o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ  
352 TABORDA DUDEQUE recoloca seu ponto de vista: “Eu volto a este tema porque, às vezes,  
353 tudo bem que nós temos que ter uma base financeira, para que nós não cometamos nenhum  
354 absurdo que venhamos a ser criticados depois. Porém, o que parece que está sendo deixado  
355 de lado, às vezes, é o que nós queremos com isso. Quer dizer, por exemplo, eu não vejo razão  
356 nenhuma para pensar na possibilidade de qual vai ser o valor de venda depois do imóvel  
357 comprado, já que vai ser comprado para não vender nunca mais. É um patrimônio. Quer  
358 dizer, o CAU não é mercado e nós não somos agentes imobiliários. No caso, compra-se pra  
359 ficar isso perenizado. Então, aí nós temos que pensar no que queremos. E às vezes, o que  
360 queremos não é simplesmente metragem quadrada, temos que pensar em valores culturais e  
361 coisas agregadas, é nesse sentido. Apesar de tudo, eu vou, mesmo que eu seja voto isolado,  
362 que eu seja voto perdido aqui, eu vou votar nas três propostas, acrescentando mais esta com  
363 o valor apresentado de, aproximadamente, R\$ 8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil  
364 reais), na Rua das Flores. Seria a mais perfeita inserção do CAU na sociedade paranaense,  
365 mesmo que nós, durante algum tempo, tenhamos dificuldades financeiras que,  
366 eventualmente, fossem até a próxima gestão, mas seria o local magno. Eu não estou  
367 preocupado com a vizinhança aqui da região, por exemplo, porque esse é um bairro  
368 residencial, relativamente isolado até. Muita gente passa aqui pela frente, mas não quer





369 dizer que as pessoas parem por aqui, param na farmácia tal e coisa. Então, ali nós estaremos  
370 no centro de Curitiba, no ângulo de Curitiba, no centro cívico de Curitiba. E aí, é o contrário  
371 de um pensamento imediatista, um pensamento a longo prazo. É aquela coisa assim, de  
372 certas decisões que a gente toma na vida quando tem vinte anos e vai perceber as  
373 consequências quanto tem trinta e cinco, quarenta, cinquenta anos. Se em 2016  
374 assumíssemos a encrência do lote na Rua das Flores, em 2036 teríamos a certeza absoluta de  
375 que fizemos o certo, que estávamos no ângulo da cidade de Curitiba”. A Conselheira Titular  
376 MARGARETH ZIOLLA MENEZES esclarece que, quando comentou sobre a questão da  
377 “vizinhança”, tratava-se apenas de estimativas de cálculo quanto ao valor dos imóveis da  
378 região: “Aí, você faz um comparativo. Não era para saber quem é o nosso vizinho, é para  
379 saber se aquilo que estamos pensando em pagar está correto, dentro daquilo que está  
380 visando o mercado ao nosso redor. Obrigada”. Ao que o Conselheiro Suplente MILTON  
381 CARLOS ZANELATTO GONÇALVES explica que, para o cálculo da CVI, foram considerados de  
382 vinte a trinta imóveis dentro de um raio de distância para avaliação de cada imóvel solicitado.  
383 E informa que a Comissão não recebeu do CAU/PR, nem requereu à CVI informações do  
384 imóvel referente ao leilão, por não ter conhecimento, até o momento, que o mesmo havia  
385 sido colocado como possibilidade de compra. Também o Conselheiro aponta que, como a  
386 Comissão só pode reunir-se hoje pela manhã, teve-se, especificamente, em verificar a  
387 viabilidade da proposta da CVI, se era compatível, ou não, com a realidade. E o Plenário não  
388 pode deixar de lembrar que este imóvel atual, apesar de reformado, exige uma construção, e  
389 o outro (casa Axelrud) demanda uma completa reforma. Assim sendo, explica, não há como  
390 inviabilizar todo o orçamento do CAU/PR destinando-o ao patrimônio, sem contar os gastos  
391 de infraestrutura. E acrescenta: “A Comissão se atentou muito mais a ter um parâmetro  
392 inicial de valores e abrir para o Plenário expor as suas opiniões - evitando um juízo de qual  
393 imóvel achava melhor ou pior - para dar oportunidade de palavra aos Conselheiros”. O  
394 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato da Comissão e as considerações  
395 do Plenário, solicitando, na sequência, uma pausa no debate para receber o ex-Vereador e  
396 relator desta proposta, Jonny Stica, que firmou convênio de cooperação com o CAU/PR no  
397 que se refere aos trabalhos de revisão do Plano Diretor de Curitiba e, mais recentemente, no  
398 que trata da Lei de Tombamento Municipal. Com a palavra, o relator da Comissão de  
399 Urbanismo, Obras Públicas e Tecnologias da Informação da CMP, Jonny Stica, lembra ao  
400 Plenário que a parceria entre a Câmara Municipal de Curitiba - CMC - e o CAU/PR foi, no ano  
401 passado, a maior dentre as feitas com as instituições do Paraná, especialmente na etapa  
402 preliminar - de discussões - sobre a revisão do plano Diretor de Curitiba. E coloca: “Foram  
403 realizadas nove audiências na Câmara Municipal de Curitiba, a gente ouviu toda a sociedade,  
404 foi um debate aberto, bem divulgado dentro dos limites da Câmara - que não tem mais verba  
405 de publicidade pelos escândalos do passado - mas foi bastante divulgado, lotou todas as  
406 plenárias, não tendo uma que não estivesse lotada. Todos os temas possíveis, desde meio  
407 ambiente, economia criativa, mobilidade, zoneamento, uso do solo, enfim, tudo foi discutido.  
408 E disso, acho que foi a grande vantagem o CAU/PR estar junto conosco, pois a Câmara perdia  
409 muito antes, porque o pessoal ia, falava, e ficava uma sensação de que se falava para  
410 ninguém ou que se escutava, mas não tinha uma consequência disso. E com a parceira que a  
411 gente fez com o Conselho de Arquitetura do Paraná, foi sistematizado tudo o que foi dito.  
412 Tinha uma equipe da CMC e do CAU/PR que a cada duas plenárias reunia-se e deliberava o  
413 que era mais importante do que foi dito pela população, para desenvolver o texto. E esse  
414 documento, que é bastante extenso - acho que já foi apresentado em algum momento aqui -



415 é um conjunto de contribuições sistematizadas por temas, de proposta em cada área para  
416 contribuir com o Plano Diretor que já veio da Prefeitura, a um mês atrás, e está em trâmite  
417 na Câmara, na Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para receber um parecer do  
418 vereador e presidente da Comissão, Pier Petruzziello. Todas as Comissões deverão fazer uma  
419 análise para que o tema seja amplamente discutido, porém, esta apreciação deve ser  
420 simultânea para não atrasar a aprovação do Plano. Ou seja, a Comissão de Educação, Cultura  
421 e Turismo vai analisar só o texto relativo, para simplificar e tornar o andamento mais rápido.  
422 E todos os pareceres retornam à Comissão de Urbanismo, Obras Públicas e Tecnologias da  
423 Informação, que tem como presidente o vereador Helio Wirbiski, e eu como Relator. Após,  
424 haverá novas discussões temáticas, pelo menos quatro, cujas datas serão enviadas ao  
425 CAU/PR. Estes debates devem acontecer de forma propositiva, sem abordar novamente os  
426 problemas relacionados ao meio ambiente, mas sim o que precisa ser feito. As datas  
427 acordadas devem ser: dia 07/05, abertura na CMP; 15/05, Reunião do Meio Ambiente,  
428 aberto ao público; 12/06; 18/06; e 25/06. Assim, a gente deve cumprir até junho todas as  
429 discussões mais propositivas e, em paralelo, montamos um escritório no Gabinete para  
430 trabalhar na Relatoria. O Milton - Conselheiro Suplente Milton Carlos Zanelatto Gonçalves -  
431 pertence ao grupo dos profissionais que têm participado na representação dos Arquitetos e  
432 Urbanistas; também fizemos a seleção de uma estagiária da área, e outros profissionais de  
433 Direito, ligados ao meio ambiente. Enfim, formamos um grupo no gabinete só para o Plano  
434 Diretor, que trabalha diariamente nele. Já tivemos algumas propostas efetivas que vieram do  
435 gabinete, em texto de Lei, outras que vieram do CAU e também de outras instituições. A  
436 tentativa agora é de reunir todas as possibilidades para construção do parecer, das emendas.  
437 Acho que dessa vez serão mais de trinta emendas, só do gabinete já tem umas dez. Quem  
438 tiver a oportunidade de entrar no *site* da Gazeta do Povo de hoje, tem um artigo de opinião  
439 que a Comissão publicou sobre o Plano Diretor. Primeiro, sobre o que o Prefeito Gustavo  
440 Fruet tem falado muito, a *cidade humana*. Acho que esses painéis aqui - apontando para as  
441 fotografias de moradias populares expostas no Plenário - não tem forma melhor de retratar  
442 uma cidade esquecida, dentro de Curitiba. E a gente precisa resgatar isso de alguma forma.  
443 Então, a ideia é colocar no Plano Diretor uma diretriz para o IPPUC, ou para a Prefeitura - de  
444 uma forma mais ampla - para que tenham um tempo, vamos supor, um ano, para traçar um  
445 mapa das regiões com maior *déficit* social da cidade. Um mapa que deve levar em conta o  
446 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano e a urbanização - onde não tem asfalto, não tem  
447 calçada, onde não tem equipamento público, seja creche, seja escola. E se fazer uma planilha  
448 disso, para tabular o que de fato tem maior necessidade na cidade, utilizando-se os recursos  
449 dos potenciais construtivos da cidade - todo o recurso que venha da compra de potencial  
450 construtivo, inclusive o que será aprovado no novo plano, que amplia alguns potenciais já na  
451 proposta que vem da Prefeitura. Este último permite, por exemplo, em áreas de altura mais  
452 baixa, dobrar a altura, e assim por diante, o que pode ser discutido como um caminho, ou  
453 não. O próprio zoneamento faz parte da discussão. Mas, independentemente do que for  
454 aprovado para o futuro do zoneamento de Curitiba, isso tudo será comprado via potencial  
455 construtivo. Esses recursos devem ir para as áreas que não tiveram investimento, com o  
456 objetivo de dar uma equilibrada na cidade, pelo menos metade desse recurso deve ir para  
457 essas áreas, a outra metade para a mobilidade. Podemos discutir o percentual, mas é uma  
458 linha que a gente tende a colocar em emenda, porque isso não ficou no texto. Aliás, só  
459 salientar o que foi dito, inclusive pelo CAU, sobre a análise do Plano. O Plano é muito amplo,  
460 ele não diz exatamente o que fazer, nem como fazer. Ele é um Plano bom, um guarda-chuva



461 que dá uma linha para a cidade, mas não define exatamente o que queremos, nem como  
462 queremos. Acho que o papel da Câmara é esse. Nós não vamos fazer o trabalho se não  
463 detalharmos como chegar nele. Vamos supor: *Ah, queremos uma cidade que tenha uma*  
464 *sustentabilidade melhor*, vamos colocar que o Plano tenha este texto, pois bem, a partir daí  
465 cabe a Câmara dizer como chegar a isso, quais são os parâmetros básicos e diretrizes para  
466 chegar lá. Só que a Câmara sozinha tem dificuldade em fazer isso. E por isso tem-se o  
467 escritório montado e trabalhamos nisso todos os dias. Mas seria interessante que os órgãos  
468 que tem maior capacidade de contribuir possam estar juntos permanentemente. A gente vê  
469 que o SINDUSCON já se movimenta nesse sentido e tem uma assessoria técnica para tal. A  
470 Associação Comercial do Paraná - ACP - fez uma agenda semana passada, está nessa pauta,  
471 onde, inclusive, o CAU/PR expôs sobre o Plano Diretor. Assim, o Conselho acaba tendo o  
472 papel de liderar este Plano, pelo menos em relação às entidades, mostrando qual é o  
473 caminho. Então, o que nos cabe aqui é informar que esse é um Plano que vai ser discutido o  
474 semestre inteiro, para ser aprovado no segundo semestre; e que, nesse tempo, nós estamos  
475 nos organizando no mandato, onde o Milton pode fazer parte deste contexto, como ponte,  
476 além do Presidente, para as sugestões que venham de vocês, Conselheiros. Mas, se for  
477 possível fazer de uma forma mais organizada, que as entidades da cidade que estão de forma  
478 permanentemente ligada ao Conselho, possam também colocar as suas diretrizes, isso seria  
479 interessante e tornaria mais rico o nosso texto. Fica, então, esta solicitação para  
480 continuarmos essa parceria que foi muito boa no primeiro momento e pode continuar agora,  
481 só temos que definir qual o caminho. Mas nosso objetivo é aprovar um Plano para Curitiba  
482 que de fato seja bom para a cidade, que mude a cidade, nem que seja de maneira  
483 progressiva e que não seja só um Plano para ser aprovado que não muda nada  
484 significativamente. Queremos fazer essa alteração, e acho que temos todas as condições para  
485 isso, temos uma equipe técnica, estamos relativamente bem posicionados, estou na vice-  
486 liderança da Comissão de Urbanismo, antes como Presidente, agora como relator, e acho que  
487 nunca os arquitetos tiveram tanto espaço quanto agora. Primeiro, porque não tinham um  
488 vereador arquiteto, apesar de que já tiveram um prefeito, mas não era época de Plano  
489 Diretor, porque ainda não existia Plano Diretor naquela época, não como incluso no Estatuto  
490 das Cidades. Temos uma vaga na Câmara e temos um Conselho forte, se a gente souber  
491 combinar esses dois elementos, conseguimos aprovar um Plano que seja da visão do  
492 Arquiteto, que tem uma visão multidisciplinar da cidade de Curitiba. Acho que é esse o  
493 caminho, as portas não estão abertas, estão escancaradas, cabe aí só a gente manter esse  
494 diálogo permanente. Obrigado”. Antes de abrir a palavra, o Presidente JEFERSON DANTAS  
495 NAVOLAR manifesta-se para colocar que havia, no momento dos debates, tanto por parte da  
496 Prefeitura Municipal de Curitiba, como da Câmara Municipal de Curitiba, uma disposição  
497 política de ouvir, o que é inédito em se tratando de Planos Diretores. Neste sentido,  
498 recomenda que as entidades representadas no Plenário, que pautam o Conselho, aproveitem  
499 a oportunidade política que o Executivo e o Legislativo estão oferecendo. E afirma que, a  
500 partir da definição das datas dos próximos debates, o CAU/PR fica à disposição para receber  
501 estes representantes institucionais para participar de uma forma, agora, mais objetiva do  
502 Plano, com as suas proposições. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular MANOEL DE  
503 OLIVEIRA FILHO pondera que esta situação ideal, em que um profissional da Arquitetura e  
504 Urbanismo atua no setor político - como relator da Comissão de Urbanismo, Obras Públicas e  
505 Tecnologias da Informação - deve ser seguida pelas demais prefeituras, visto ele ter  
506 condições de buscar as informações necessárias na sua área de atuação, para fundamentá-las



507 mais adiante, perante a sociedade. Assim sendo, o Conselheiro agradece o empenho do  
508 relator do projeto e assegura uma resposta do Conselho e representantes das entidades afins  
509 sobre o tema em questão. Também o Conselheiro Titular NESTOR DALMINA revela que, nas  
510 ocasiões em que foi vereador da cidade de Cascavel, teve a oportunidade de apresentar  
511 emendas ao projeto urbanístico do Município. Assim considerado, entende a importância de  
512 se buscar o apoio das instituições para embasamento dos trabalhos de cunho técnico, ligados  
513 a profissão do Arquiteto e Urbanista, visto que muitos dos colegas da esfera política não têm  
514 o conhecimento suficiente de área para a compreensão dos temas. E, como para o  
515 Conselheiro, o Plano Diretor tem a função importante de tornar a cidade mais humana, as  
516 entidades como o CAU/PR, que não têm estrito vínculo político, devem ser procuradas pelo  
517 interesse às questões sociais, diverso de outras que têm por objetivo primordial atingir às  
518 demandas do mercado. Por essa atitude, parabeniza e agradece a presença do ex-vereador  
519 Jonny Stica. Ao que o palestrante se manifesta: “Obrigado. Sobre essa questão dos interesses  
520 de mercado, vou enviar o artigo de hoje para ser encaminhado a todos que fazem parte da  
521 Plenária estendida. O tema é justamente o exemplo europeu, em que as construções de  
522 bairro chegam até oito pavimentos, porque a rua não comporta muito mais do que isso, e se  
523 há o adensamento da cidade, a rua não vai crescer junto com o edifício. Claro que em  
524 algumas áreas estruturais, como já existe em Curitiba, podem atingir uma altura maior, mas,  
525 no geral da cidade, não dá se pensar em altura de edifícios mais que oito pavimentos, dentro  
526 de uma caixa de rua de bairro. Então, a partir disso, o texto pontua novas questões, até à  
527 instância do mercado imobiliário, que poderá compreender o objetivo do Plano para uma  
528 cidade melhor e perceber que o nosso grupo de representantes pensa a cidade. Nós  
529 pretendemos lançar novos artigos, que poderão ser discutidos entre todos, e depois  
530 podemos rever uma nova agenda com o CAU/PR, como a do ano passado. Podemos retomar,  
531 não em forma de sistematizações, mas no envolvimento dos Arquitetos recém-formados, que  
532 possam trazer ideias e abrir debates aqui no Conselho. Já fizemos um termo de convênio com  
533 algumas universidades e pretendemos fazer com todas as que tenham o curso de Arquitetura  
534 e Urbanismo, na intenção de que os alunos também possam contribuir com alguns temas  
535 dentro do Plano. Penso que, quanto mais ramificar a pauta, maior é a chance de sucesso para  
536 a criação da cultura participativa no que se refere a cidade. Quero novamente agradecer o  
537 convite e colocar-nos a disposição para nova agenda conjunta entre a CMC e o CAU/PR, que  
538 deve coordenar outros temas do Plano Diretor, enquanto liderança social, porque uma hora  
539 vamos precisar aprová-lo e, aí, vai haver brigas de interesse. Hoje o Plano é pacífico, mas não  
540 deverá ser assim no andamento do processo. Então, hoje, eu diria que está indo bem, mas o  
541 Plano é algo muito polêmico que pode mudar. Um exemplo claro disso é São Paulo, que  
542 parou a Câmara quando a população a invadiu, devido ao tema da habitação e outros de  
543 mobilidade. Isso porque não estava refletido ali a sintonia da sociedade com a Câmara  
544 Municipal. Nós temos que buscar essa sintonia, principalmente no que pesam os interesses  
545 da cidade, que sobrepõe os interesses de mercado e de alguns segmentos específicos. Então  
546 acho que é isso, temos um papel importante lá na Câmara, de fato, contem conosco.  
547 Obrigado”. Com a palavra aberta, sem mais manifestações, o Presidente agradece a presença  
548 e o relato do palestrante. Por fim, coloca duas proposições de encaminhamento à questão  
549 dos imóveis: 1) envio aos proprietários de documento de interesse, com os valores de  
550 avaliação pela CVI e pela CTSEDE/CAU; ou 2) ofício para manifestação de interesse quanto à  
551 venda e o valor pretendido, para posterior comparação e negociação, segundo a avaliação  
552 apresentada em Plenária. Com a palavra aberta, os membros da Comissão concordam com a





553 segunda opção, que é aprovada pelo Plenário, por unanimidade.....

554 **2.4 Relato da Comissão de Planejamento e Finanças.....**

555 O Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS FILHO expõe, de acordo com a Ata da Reunião da

556 Comissão, apresentada em tela (ANEXO IV), as solicitações da CPF em relação às prestações

557 de contas anuais, especialmente para que os relatórios de auditoria sejam enviados com

558 antecedência de 30 (trinta) dias, com o objetivo de uma avaliação mais detalhada dos

559 mesmos; bem como, caso necessário, marcar reunião extraordinária para debate. Em relação

560 a evolução das receitas de 2014 e 2015, a Comissão faz um alerta sobre a “desaceleração no

561 incremento das receitas, indicando a necessidade de futuro corte dessas despesas, aquele

562 corte de 25% (vinte e cinco por cento) que o CAU/PR estava avaliando”. Sobre o Relatório

563 Financeiro do mês de Março de 2015, o Conselheiro pondera que as receitas apresentam

564 valor elevado em função das parcelas das anuidades, um incremento que engloba o primeiro

565 trimestre de 2015, e é de 23,7% (vinte e três inteiros e sete décimos por cento) em relação ao

566 primeiro trimestre do exercício passado. As despesas situam-se em patamares semelhantes

567 às de 2014, com incremento em relação aos meses de Janeiro e Fevereiro, pela realização das

568 Câmaras Técnicas, rescisões trabalhistas e contratação de novos funcionários. O Conselheiro

569 agradece ao Assessor Financeiro, Nilto Roberto Cerioli, à Coordenadora Financeira, Rafaele

570 Renata Waszak, e ao Contador, João Armando Zanato, nos esclarecimentos prestados à

571 Comissão. Assinala, ainda, que algumas solicitações não atendidas devem ser apresentadas

572 pela equipe financeira do CAU/PR até o fim do mês de Maio, em que deverão ser

573 apresentados os balancetes do primeiro trimestre, de acordo com a Resolução nº 101/2015

574 do CAU/BR. Os motivos deste atraso, segundo o Assessor Financeiro do CAU/PR, foram as

575 alterações das resoluções, alguns fechamentos contábeis, o orçamento para 2015 e as

576 auditorias e prestações de contas ao TCU. A seguir, o Assessor Financeiro do CAU/PR, Nilto

577 Roberto Cerioli menciona as aplicações financeiras do Conselho no Banco do Brasil e Caixa

578 Econômica Federal, segundo exposto em tela (ANEXO V), com posição no dia 21 (vinte e um)

579 de Março. O Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS FILHO pondera sobre os altos valores

580 referentes as passagens aéreas, de forma que recomenda aos Conselheiros e funcionários do

581 CAU Paraná que façam a reserva das mesmas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de

582 antecedência, ou que o próprio Conselheiro adquira a sua passagem antecipadamente. Essa

583 medida, segundo o Conselheiro, tem como objetivo minimizar a situação provisória em que

584 se encontra o Conselho, pela não realização da devida licitação. A respeito das demais

585 solicitações da Comissão de Planejamento e Finanças à Assessoria Financeira do CAU/PR

586 reitera-se a inclusão do Demonstrativo do Fluxo de Caixa para os pagamentos de diárias em

587 relação aos eventos e períodos de realização destes; e o Quadro de Fluxo de Aplicações -

588 mensal e cumulativo - especificando as aplicações e rendimentos. Com a palavra aberta, o

589 Conselheiro Federal Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO lembra que na Reunião Plenária do

590 CAU/BR foi proposta a compra de passagens com 30% (trinta por cento) a menos do valor

591 normal, segundo os moldes de um Ministério do Governo, cujo nome e regulamento o

592 Conselheiro deve inteirar-se, no intuito de instrumentar o Conselho Estadual. O Conselheiro

593 Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA acredita que a antecipação de compras de passagens, com

594 trinta dias, deve reduzir significativamente os valores altos apresentados, inclusive, se

595 consideradas as promoções vigentes. O Conselheiro Federal Titular MANOEL DE OLIVEIRA

596 FILHO afirma que o CAU/BR procede desta maneira para encontrar passagens mais baratas,

597 porém, para implementar tal regra, o conselheiro/funcionário deve comprometer-se, caso

598 precise readequar o voo, a receber o boleto com a diferença de valor. Ao que o Conselheiro



599 Titular ANDRÉ LUIZ SELL pondera que, como participante de todas as reuniões, ele já poderia,  
600 teoricamente, marcar todas as passagens até o final do ano. Contudo, se houver um  
601 imprevisto, a multa a ser paga poderia ser de assumida pelo CAU/PR, visto que compensaria  
602 a economia anterior. Por fim, parabeniza a Comissão pela iniciativa, que considera  
603 extremamente valiosa. O Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA concorda com a  
604 proposta do Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ SELL, sugerindo que o CAU poderia permitir a  
605 substituição, pelo menos, de uma passagem. O Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ SELL, por  
606 considerar nova esta pauta, acredita que ela deva ser discutida de forma mais acurada,  
607 porém, considera esta sugestão adequada, de imediato, por trazer uma economia razoável  
608 ao Conselho. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE pondera que o debate é  
609 relevante mas deve ter “data para terminar”, com a instauração de uma regra a respeito. E  
610 menciona que o assunto “esteve na boca para virar tema primário nas eleições, e só não  
611 virou porque não teve uma segunda chapa. E a segunda chapa se armava justamente com o  
612 discurso mais medíocre, mais tosco, mais ignorante que possa existir, que é discutir  
613 porcentagemzinha, se a passagem foi comprada por 10% (dez por cento) a mais ou a menos,  
614 se usou os 10% (dez por cento) de telefonemas a mais ou a menos; quer dizer, a função do  
615 CAU não é economizar dinheiro, o CAU não é uma entidade com fins lucrativos, nós temos  
616 que gastar bem o dinheiro. Então eu não vejo possibilidade, por exemplo, de gastar mal o  
617 dinheiro comprando passagem. Existiria, se fosse viajar de primeira classe, por exemplo, de  
618 Cascavel para cá, se tivesse um jumbo, qualquer coisa desse tipo. Então, se tiver que comprar  
619 uma passagem cara não tem problema, fazendo nada fora do jogo. Agora, se isso acarretar  
620 economia, tudo bem, então a gente cria uma regra e não se fala mais nisso, para discutirmos  
621 os assuntos realmente pertinentes relacionados às questões para o qual o CAU foi criado”.  
622 Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR expressa que esta é uma preocupação  
623 constante, mas é “uma via de duas mãos”. Com a equipe que entra, mais estruturada, ele cita  
624 que o CAU/PR pode antecipar-se na verificação de passagens disponíveis, segundo preços e  
625 horários, e colocá-los à disposição dos Conselheiros, que devem auxiliar os trabalhos do  
626 Conselho neste sentido, adequando-se, dentro do possível. Com a palavra aberta, sem outras  
627 manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca em votação a prestação de  
628 contas referente ao mês de Março, acompanhando o voto da Comissão de Planejamento e  
629 Finanças, o que é aprovado por unanimidade.-----

## 630 **2.5 Relato da Comissão de Organização e Administração.**-----

631 Sobre a Pauta, o Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS assinala quatro assuntos  
632 tratados na Reunião das Comissões. Inicialmente, informa e apresenta em tela (ANEXO VI) a  
633 revisão da Resolução nº 29/2012 do CAU/BR, que acaba de ser substituída pela Resolução nº  
634 101/2015, já em vigor. Tal Resolução dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis e  
635 de prestação de contas a serem adotados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do  
636 Brasil (CAU/BR) e pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito  
637 Federal. E nomeia as alterações apresentadas, segundo os temas: 1) o prazo de  
638 disponibilização e análise da proposta orçamentária, antes definido, respectivamente, para o  
639 dia 20 de Outubro e 10 de Novembro de cada ano, passa a ser estabelecido de acordo com a  
640 o exercício das Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação e Orçamento; 2) a reformulação  
641 orçamentária, que antes contava com um limite de três reformulações anuais, passa a valer  
642 sempre que necessário, visando o atendimento de todas as exigências do Tribunal de Contas  
643 da União - TCU; 3) o prazo das publicações em Diário Oficial da União, passa do dia 30 de  
644 Novembro ao dia 30 de Dezembro de cada ano; 4) o envio de informações de execução de



645 Plano de Ação, que era trimestral passa a ser quadrimestral, bem como o prazo para os  
646 CAU/UF encaminharem a execução deste Plano quadrimestral, que passa do dia 20 do mês  
647 subsequente ao último dia útil do segundo mês subsequente - o que gera, segundo o  
648 Conselheiro, flexibilidade e simplificação nos processos dos CAU/UF, a serem enviados ao  
649 CAU Nacional; 5) acréscimos às informações contábeis trimestrais, que devem ser analisadas  
650 pelo CAU/BR em (30) trinta dias do recebimento; 6) a prestação de contas anuais dos CAU/UF  
651 tem elencada as suas responsabilidades e a esta foi acrescida a apresentação do parecer de  
652 auditoria interna do CAU/BR que, de acordo com o Conselheiro, já vinha sendo realizada,  
653 porém, sem a devida regulamentação; 7) a apreciação e prestação de contas do Plenário do  
654 CAU/BR, que antes não tinha prazo definido, passa a efetivar-se na Reunião do mês de Maio;  
655 por fim, 8) sobre as disposições gerais, a partir da revisão da Resolução deverá ser  
656 disponibilizado pelos CAU/UF, ao CAU/BR, o acesso para consulta a todos os módulos  
657 informatizados, referentes aos processos e relatórios a serem enviados ao TCU, que deverá,  
658 em contrapartida, fiscalizar efetivamente os dados emitidos pelo Conselho. Sobre o informe  
659 do colegiado nas prestações de contas, emitido em 12 de Abril, o Conselheiro observa que o  
660 mesmo foi enviado pela Gerente do Centro de Serviços Compartilhados - CSC, Arquiteta e  
661 Urbanista Mirna Cortopassi Lobo. Antes da apresentação, contudo, o Conselheiro Titular  
662 BRUNO SOARES MARTINS esclarece que a demora na emissão de carteiras profissionais tem  
663 sido um dos grandes problemas do CSC. O procedimento padrão passa pela coleta  
664 biométrica, que é repassada à empresa contratada geradora do processo; o mesmo é  
665 verificado pelo CAU Nacional para a emissão da carteira que, pelo CAU/BR, é emitida aos  
666 CAU/UF. E, sobre tal, manifesta-se: "É um trâmite rigoroso e, de certa forma, desnecessário".  
667 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca que todas as licitações de prestação de  
668 serviços para o CAU, oriundas da primeira gestão, são nacionais, tais como o SICCAU, IGEO e  
669 sistema de carteiras profissionais, ainda que contrarie a Lei de atribuições dos CAU/UF, que  
670 cita a responsabilidade do CAU/UF em fornecer carteira aos inscritos no Conselho. E, devido  
671 ao número de reclamações a respeito, o Presidente faz críticas à carteira profissional, que,  
672 segundo ele, poderiam ser simplificadas na sua forma e processo, porém, na qual não se nota  
673 qualquer disposição de mudanças neste sentido por parte do CAU Nacional. Assim sendo, o  
674 Presidente manifesta a intenção do CAU/PR em abrir uma licitação para a emissão de carteira  
675 profissionais no Estado, visto que todas as despesas elencadas no relatório do CSC contaram  
676 com o apoio financeiro dos CAU/UF, sem que pudessem participar da sua gestão nos  
677 primeiros anos de instauração do Conselho: "Hoje, são três votos do CAU/BR e três dos CAU  
678 UF. A Resolução que mais tempo demorou para ser aprovada no CAU Nacional foi esta,  
679 demorou quase um ano, pois nós, Presidentes dos CAU/UF, colocamos que, se a votação não  
680 fosse desse jeito, simplesmente parávamos de contribuir. Assim, se abriu o que se chama de  
681 Centro de Serviços Compartilhados - CSC, da qual o Paraná faz parte. Fizemos questão  
682 absoluta de permanecer, junto a mais dois Presidentes CAU/UF". A perspectiva que se coloca  
683 agora, explica, é uma alternativa de diminuição do fluxo da informação. Se o CAU/UF tira a  
684 foto e os dados biométricos, não há porque o CAU/BR verificar o processo. Essa simplificação  
685 dos trâmites deve conferir maior responsabilidade aos CAU/UF, acrescentando a perspectiva  
686 de se trabalhar, no mínimo, com quatro fornecedores. Esclarece ainda, que a Arquiteta e  
687 Urbanista Mirna Cortopassi Lobo iniciou este processo em 2012 e agora foi reintegrada como  
688 gestora, apresentando, pela primeira vez, um relatório financeiro, de administração, de  
689 proposta do CSC. A seguir, é apresentado em tela o gráfico deste relatório (ANEXO VII), com  
690 as devidas considerações. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS observa que a



691 receita do CSC esteve negativa por um período de tempo, quadro este que se modificou a  
692 partir das contribuições advindas do CAU São Paulo. Sobre a pauta de reivindicações do  
693 SINDIFISC - Sindicato dos Empregados dos Conselhos e Ordens de Fiscalização do Exercício  
694 Profissional do Estado do Paraná - o Conselheiro informa que a proposta inicial era a de uma  
695 Reunião Extraordinária, que não foi realizada, mas que a Comissão continua analisando o  
696 processo e, no que haja um encaminhamento, o mesmo será repassado ao Plenário. Na  
697 sequência, o Conselheiro apresenta o Relatório de Atendimento do CAU/PR, a partir de  
698 documento exposto em tela (ANEXO VIII), descrevendo o número de atendimentos  
699 telefônicos presenciais e via *e-mail*; registros de pessoa física e jurídica; certidões e ofícios;  
700 carteiras profissionais e coletas biométricas; baixa de RRT's, análise e emissão de RRT's,  
701 incluindo-se os derivados, extemporâneos, ressarcimentos e CAT - Certidões de Acervo  
702 Técnico. Esta apreciação, observa o Conselheiro, é feita tendo como base o mês de Abril,  
703 apresentando-se o gráfico comparativo aos demais meses do corrente ano e anos anteriores.  
704 Igualmente, ele expõe o Relatório de Atendimento das Regionais do Estado: Maringá,  
705 Londrina, Cascavel e Pato Branco, destacando que esta última tem recebido os profissionais  
706 das cidades limítrofes do Estado de Santa Catarina, pela proximidade da Regional. Por fim,  
707 observa que não há dados atualizados referentes à inadimplência, visto que o período de  
708 pagamento da anuidade encontra-se vigente. Com a palavra aberta, o Presidente JEFERSON  
709 DANTAS NAVOLAR destaca que os relatórios são ferramentas essenciais à gestão,  
710 especialmente para a constatação da relevância dos trabalhos desenvolvidos nas Regionais  
711 do Estado. Sem outras manifestações sobre a matéria, a Conselheira Titular MARGARETH  
712 ZIOLLA MENEZES comunica ao Plenário o recebimento de um convite para a participação do  
713 CAU/PR no evento da Casa Cor 2015, que deve realizar-se no período de 23 de Junho a 09 de  
714 Agosto. O espaço cedido pela organização do mesmo é gratuito e deve ser dividido com a  
715 AsBEA - Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - da qual a Conselheira  
716 Associação é membro. Pondera sobre a importância desta exposição, especialmente  
717 considerando-se as regulamentações profissionais e estratégias de ação do CAU/PR - por  
718 exemplo, quanto ao tema da Reserva Técnica - frente aos profissionais de área, que  
719 comparecem em grande número ao evento. O único investimento a ser considerado seria a  
720 ambientação local. O espaço em questão está no centro da mostra de espaços residenciais e  
721 corporativos. A conselheira esclarece, ainda, que o tema do ano é a "economia de água", e o  
722 local escolhido para abrigar o evento é o "Espaço Cultural A Fábrica", sito à rua Fernando  
723 Amaro, nº 60. Há um debate entre os Conselheiros, em que são pautadas questões  
724 concernentes ao material a ser divulgado, especificamente os explicativos que abordem a  
725 reserva técnica, responsabilidade técnica e ética profissional, bem como material acerca das  
726 ações do CAU/PR, sobretudo no que se refere à fiscalização e temas de interesse social. A  
727 possibilidade do envolvimento de outras entidades nesta exposição também é considerada  
728 pelo Plenário. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR adverte que o CAU/PR não dispõe  
729 de estrutura para arcar com todas as responsabilidades do evento, lembrando que, no ano  
730 passado, duas profissionais de área assumiram toda a ambientação do espaço, enquanto  
731 que, ao Conselho, coube apenas o desenvolvimento de material de comunicação. Assinala  
732 também que o CAU/PR não dispõe, de imediato, de funcionários que possam ficar à  
733 disposição para o período de visita. Assim sendo, e como aprovado pelo Plenário,  
734 mantém-se favorável a esta parceria com a AsBEA e organizadores da Casa Cor 201, desde  
735 que sejam observadas e ajustadas tais considerações durante o planejamento das ações para  
736 o evento. O Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES coloca-se à disposição para





737 auxiliar nas atividades, visto a proximidade do seu escritório ao local da mostra. O  
738 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS indaga da possibilidade de se conseguir uma  
739 página de divulgação para o CAU/PR na edição da revista da Casa Cor 2015, ao que o  
740 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca que a logomarca do CAU/PR nos editoriais da  
741 Casa Cor, bem como uma página na revista está garantida desde 2012, pela organização do  
742 evento. Há um pequeno debate, e o Presidente lembra a possibilidade, ainda, de distribuição  
743 da agenda do CAU/PR aos profissionais de área, caso esteja pronta até a data. O Conselheiro  
744 Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE propõe que os painéis da sala de Plenária do CAU/PR  
745 sejam utilizados na composição da ambientação, ao que o Conselheiro Suplente MILTON  
746 ZANELATO GONÇALVES concorda com a intenção de “mostrar que Arquitetura não é só  
747 *glamour*”, porém, a seu ver, o assunto deve ser melhor debatido e planejado, se não para  
748 este ano, talvez para o próximo; para que o CAU/PR tenha a oportunidade de mostrar uma  
749 imagem institucional de manifestação à Arquitetura, e não simplesmente apresente a imagem  
750 de agente fiscalizador da profissão. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
751 acresce que, na última reunião entre instituições afins, acordou-se o desenvolvimento de um  
752 texto sobre prêmio profissional por qualidade, com o compromisso de efetivação e  
753 publicação por parte de todos os envolvidos. Assim sendo, propõe que o mesmo seja  
754 divulgado na ocasião aos profissionais participantes do evento. Quanto a falta de  
755 funcionários para representação das instituições - CAU/PR, AsBEA e outras participantes - ele  
756 sugere que se faça uma escala alternativa, a fim de cobrir todo os dias e horários de  
757 funcionamento da Casa Cor 2015. Com a aprovação unânime do Plenário sobre a matéria, o  
758 Presidente agradece, e considera encerrado o relato da Comissão.-----

759 **2.6 Relato da Comissão de Ética e Disciplina.-----**

760 O Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA parabeniza a Conselheira Titular  
761 MARGARETH ZIOLLA MENEZES por trazer a matéria da Casa Cor 2015 ao Plenário,  
762 especialmente por tratar de divulgação de assunto pertinente à Comissão, a “reserva  
763 técnica”. Comunica que na Reunião das Comissões foram distribuídos 06 (seis) novos  
764 processos, sendo 04 (quatro) oriundos da Comissão de Exercício Profissional, e 02 (dois) do  
765 CREA/PR. Informa a devolução de 01 (um) processo em que solicita manifestação da parte  
766 denunciada em 05 (cinco) dias, sob pena de julgamento; e o encaminhamento de outro  
767 processo para parecer da Assessoria Jurídica do CAU/PR. Sobre a Reunião Extraordinária  
768 realizada em 17 de Abril, o Conselheiro apresenta relato, segundo Ata exibida em tela  
769 (ANEXO IX). Tendo em vista a necessidade de se estabelecer um procedimento de tramitação  
770 das denúncias referentes ao setor de Fiscalização, o Agente de Fiscalização, Walter Gustavo  
771 Linzmayer, apresentou um modelo de fluxograma a ser aplicado, esclarecendo que o  
772 encaminhamento dos processos às Comissões possuem objetivos diferentes: quando  
773 encaminhados à Comissão de Exercício Profissional a tendência é a aplicação de multa,  
774 geralmente por exercício ilegal da profissão; de outro modo, quando encaminhados à  
775 Comissão de Ética e Disciplina, trata da aplicação de sanções ao cometimento de infrações  
776 ético-disciplinares. Neste sentido, o Conselheiro lembra que os membros da Comissão de  
777 Exercício Profissional questionaram a inexistência de pareceres referentes às denúncias e  
778 processos da Fiscalização, bem como embasamento técnico-jurídico, antes do  
779 encaminhamento dos mesmos às Comissões CEP e CED. O Conselheiro solicita, assim, que  
780 essa fundamentação seja realizada consecutivamente. Na ocasião, o Colaborador de  
781 Comissão, Augusto Vianna Ramos, esclareceu que a tramitação dos documentos deve seguir  
782 sequencialmente os trâmites estabelecidos pelas Resoluções nº 24 e nº 34 do CAU/BR,



783 destacando que as referidas resoluções possuem algumas burocracias que podem ser  
784 consideradas desnecessárias. Outrossim, coloca que as denúncias e processos da Fiscalização,  
785 antes de serem encaminhados a CED, devem ser instruídos com averiguação de  
786 enquadramento de caso concreto e determinações previstas na Lei 12.378/2010, em especial  
787 os Artigos nº17 e nº18. O Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA pontua, a seguir, a  
788 colocação do Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO, que questiona a falta de retorno a  
789 algumas proposições apresentadas pelo Plenário, como, por exemplo, a campanha de  
790 esclarecimentos e alertas para os Arquitetos e Urbanistas sobre as responsabilidades  
791 assumidas no exercício das atividades profissionais. Este manifesto, explica o Conselheiro,  
792 tem a intenção de criar uma oportunidade de melhoria e verificação - dentre as demais  
793 comissões, se também percebem a falta de retorno às solicitações plenárias. No caso  
794 afirmativo, o Conselheiro recomenda que tais ocorrências sejam levantadas para um debate  
795 aberto. E cita: “Sexta-feira, (06) seis dos representantes de ambas as comissões  
796 reconheceram a falta de recursos humanos no CAU/PR para que os setores de Fiscalização e  
797 Jurídico prestem os suportes almejados às denúncias e processos de fiscalização,  
798 encaminhados para o relato das Comissões. Então, hoje nós avaliamos, realmente, o nosso  
799 setor Jurídico está sobrecarregado. São 03 (três) pessoas para atender as demandas, não só  
800 das comissões, mas também das ações, como as trabalhistas, geradas contra o Conselho. E  
801 realmente, por mais boa vontade que tenham os Assessores, não conseguem dar conta, e  
802 nós estamos deixando de atender, eventualmente, a sociedade, ou então as comissões, em  
803 função da quantidade de demanda”. Neste sentido, o Conselheiro explica que, em conversa  
804 com a Assessora Jurídica do CAU/PR, Cláudia Cristina Taborda Dudeque, existe a possibilidade  
805 de terceirização dos processos, tais como os trabalhistas, que demandam boa parte do  
806 tempo desta Assessoria. Assim sendo, a proposta para tal, é que os processos passem a ser  
807 analisados por um escritório especializado - terceirizado - para que a Assessoria Jurídica  
808 possa atender as comissões do Conselho Estadual. A seguir, observa sobre o processo de  
809 Mangueirinha, questionado pelo Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS, tendo em  
810 vista a urgência e a necessidade de uma resposta imediata, uma vez que o quadro está sendo  
811 propagado pela mídia. Ao que o Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA informa que o  
812 processo está em análise pelo setor competente, para posterior encaminhamento às  
813 Comissões, mas que ele próprio acredita que este retorno poderia ser mais efetivo: “A gente  
814 já tem algum encaminhamento, mas como o processo é complicado, eu entendo também a  
815 dificuldade, como eu já mencionei, do setor Jurídico, pela quantidade de processos que  
816 demandam esse setor”. Para agilizar este processo, o Conselheiro propõe que se realize uma  
817 Reunião Extraordinária no CAU/PR, tal como feito no CAU/RS, em que se convoque as partes  
818 envolvidas para as oitivas destas e das testemunhas. Também, neste caso, o Conselheiro  
819 aponta a necessidade de apoio da Assessoria Jurídica do CAU/PR, para análise da viabilidade,  
820 ou não, deste procedimento. Comunica, ainda, que ambas as Comissões - CED e CEP -  
821 propuseram, na Reunião Extraordinária, a aprovação, em Plenário, da estruturação dos  
822 setores de Fiscalização e Jurídico do CAU/PR, para o desenvolvimento de pareceres sobre os  
823 processos de denúncias, bem como a contratação de concursados destes setores, que  
824 entende, também demanda tempo de treinamento. Com a palavra aberta, o Presidente  
825 JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclarece que desde Julho de 2014, com o concurso público do  
826 CAU/PR já realizado, havia a impossibilidade de contratação dos novos funcionários.  
827 Primeiro, explica, por demandas jurídicas, depois, por prazos eleitorais. A partir de Janeiro de  
828 2015 deu-se início a esse processo, onde já contam 18 (dezoito) contratados, via concurso. As



829 admissões foram feitas em três etapas distintas, com o objetivo de não “parar” o Conselho,  
830 de poder dar o devido treinamento, alocar espaços adequados, adquirir equipamentos e  
831 organizaras as contratações. Até agora, uma Advogada e um Arquiteto e Urbanista fazem  
832 parte da nova equipe, que deve contar, na sequência, com mais profissionais destas áreas. E  
833 esclarece: “Estamos no caminho de ter um quadro definitivo, tivemos esse impedimento de  
834 quase nove meses trabalhando com a antiga equipe, sem poder contratar, por força de Lei.  
835 Então, quando liberados, fizemos as contratações necessárias, com os prazos determinados  
836 aos concursados, notificação em Diário Oficial, prazo para manifestação, recebimento de  
837 documentação, aprovação da documentação, etc. Esta é a nova realidade que estamos  
838 enfrentando, mas temos disponibilidade financeira, temos uma demanda grande já de  
839 concursados funcionários e vamos continuar chamando. O que faltou também durante esse  
840 período, que estamos agora organizando, é essa demanda de fluxo de processos. Nós não  
841 tínhamos ela em formato claro, as resoluções são confusas, complexas, mas estamos  
842 tentando, também, transformar esse processo de forma mais rápida e eficiente”. O  
843 Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA destaca que os Conselheiros devem continuar  
844 trabalhando para que o CAU/PR não “entre na morosidade da máquina pública” e que os  
845 funcionários têm que saber que eles devem colaborar, que têm que cumprir metas. E ressalta  
846 que ele, enquanto Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina, vai insistir para que tenha  
847 as respostas às solicitações e cobrar os colaboradores do CAU/PR neste sentido; e solicita um  
848 levantamento da quantidade de processos que estão sendo avaliados - ou que foram  
849 avaliados - nos últimos meses pela Assessoria Jurídica do CAU/PR: “Tanto os processos de  
850 Ética e Disciplina, como os de Exercício Profissional, para que tenhamos este número, e para  
851 que a gente consiga acompanhar e verificar se o número de colaboradores está atendendo  
852 ou não a demanda”. A seguir, o Conselheiro passa à pauta seguinte, que trata da denúncia  
853 anônima instrumentada. Cita que o SICCAU oferece esta opção aos interessados, porém, ele  
854 acredita que da maneira como é apresentada, não confere segurança ao denunciante. Assim,  
855 ele propõe que se deva “abrir esse canal de denúncia anônima, porém, bem instrumentada e  
856 divulgada, para que a sociedade possa fazer uso”. Informa que no dia 29 de Maio, realizar-se-  
857 á o segundo Seminário da CED/BR, na cidade de Natal-RN e, devido a compromissos  
858 assumidos, solicita que o CAU/PR seja representado, na ocasião, pelo Colaborador da  
859 Comissão, o Advogado Augusto Vianna Ramos; o que é acordado pelo Plenário. Com a  
860 palavra aberta, sem outras manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra  
861 ao Plenário que os encaminhamentos das Reuniões das Comissões constam nas atas  
862 elaboradas pelos seus Coordenadores, cujas deliberações são encaminhadas para os setores  
863 competentes, que assinam o seu recebimento. Após, o Coordenador das Comissões, Paulo  
864 Sigwalt, cobra a entrega do atendimento às demandas. Ao que o Conselheiro Titular BRUNO  
865 SOARES MARTINS pondera que a Fiscalização poderia apresentar um relatório parecido ao do  
866 Atendimento, para análise mensal. Sobre a matéria da denúncia anônima, há um debate em  
867 Plenário que engloba as questões relativas ao tipo de denúncia oferecida atualmente pelo  
868 SICCAU, tais como os pontos fracos do Sistema e tutoriais disponíveis - ao que o Agente de  
869 Fiscalização, Walter Gustavo Linzmayer explica: “Na verdade existe dentro do SICCAU um  
870 serviço *online* que, quando você clica, preenche um banco de dados. Se você fizer a denúncia,  
871 anônima ou não, só muda no final, pois você tem a opção de não colocar *e-mail* e telefone,  
872 por exemplo. Porém, depois de efetuada a denúncia, o denunciante não tem mais notícias  
873 dela, porque a pessoa não se identificou. A denúncia de autoria formada - identificada -  
874 também pode ser feita na mesma página. O que acontece com os relatórios de fiscalização e



875 denúncias, é que a legislação do CAU Federal, a Lei nº 12.378/2010 e a Resolução nº 22  
876 permitem às partes, tanto ao denunciante quanto ao denunciado, que eles tenham sigilo nos  
877 processos, caso solicitem”. Ao que o Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES coloca  
878 que, justamente por isso, o Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA utilizou-se do  
879 termo “instrumentada”, como proposta para orientar o denunciante a anexar documentos  
880 mínimos que comprovem a denúncia. Sobre tal, o Conselheiro Titular GIOVANNI GILLERMO  
881 MEDEIROS indaga se, mesmo na denúncia sigilosa, o CAU tem como identificar o  
882 denunciante. Caso afirmativo, ele considera tal ação efetiva, para evitar que conflitos  
883 pessoais sejam revertidos em denúncias profissionais. O Agente de Fiscalização, Walter  
884 Gustavo Linzmayer volta a afirmar que a denúncia deve ser instrumentada, e há um prazo,  
885 geralmente de 10 (dez) dias - constante em Resolução - para que se efetive o prosseguimento  
886 investigativo por parte do setor de Fiscalização: “Tanto para a denúncia anônima, quanto  
887 para a identificada, há um espaço no *site* para que o denunciante faça um *upload* de  
888 documento, inserindo fotos, relatos e demais. Independente se é anônima ou não, caso não  
889 haja elementos suficientes, a Fiscalização tem autonomia de poder arquivar a denúncia.  
890 Agora, mesmo o processo sendo sigiloso, por uma das partes solicitadas, a gente encaminha  
891 normalmente o processo de apuração, seja pela Fiscalização, na parte técnica, ou pelo setor  
892 Jurídico”. Assim posto, o Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA reitera a solicitação  
893 de que o ícone “denúncia anônima” seja desvinculado da “denúncia identificada” no sistema  
894 do CAU, bem como a sua instrumentação. Há um novo debate sobre a matéria, onde o  
895 Agente de Fiscalização, Walter Gustavo Linzmayer, explica que na área de serviços *online* o  
896 denunciante deve preencher os seus dados e informações referentes às denúncias, que  
897 deverão ser geoprocessadas. Porém, não há obrigatoriedade na sua identificação. Ao que o  
898 Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES observa que, na área  
899 específica para a coleta de dados pessoais do denunciante, não é informada essa “não  
900 obrigatoriedade” no preenchimento dos dados. E, para um leigo, este item é importante,  
901 visto que, muitas vezes, a pessoa deixa de fazer a denúncia por estar sofrendo, ou por receio  
902 de sofrer - algum tipo de desagravo. Portanto, na sua opinião, deve haver um campo  
903 específico onde leia-se “Quer denunciar anônimo?”, de forma a deixar clara a intenção. Sobre  
904 tal, o Agente de Fiscalização concorda que o processo *online* não é autoexplicativo, o que  
905 seria de grande auxílio aos usuários, contudo, lembra que este tutorial é Nacional, não  
906 cabendo ao CAU/PR a sua formatação. Assim sendo, a solicitação para alterações do sistema  
907 deve ser efetivada por *ticket* do CSC, para todo o Brasil. No Paraná, explica, existe a  
908 possibilidade do atendimento telefônico, no qual o denunciante pode solicitar apoio do  
909 CAU/PR, em conversa com o Agente de Fiscalização, Atendimento ou Ouvidoria, que orienta  
910 o usuário a como proceder no sistema para a efetivação da denúncia anônima. Com a palavra  
911 aberta, sem manifestações subsequentes, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR indaga  
912 se o Plenário concorda com as deliberações da Comissão, que são aprovadas por  
913 unanimidade, passando a Comissão subsequente.....

#### 914 **2.7 Relato da Comissão de Ensino e Formação.**.....

915 O Conselheiro Titular GIOVANNI GILLERMO MEDEIROS relata as matérias debatidas na  
916 Reunião das Comissões que, fundamentalmente, reiterou os itens concernentes ao III Fórum  
917 dos Coordenadores de AU/PR: 1) o mesmo deverá realizar-se no dia 25 de Maio, em  
918 Londrina, simultaneamente a Reunião das Comissões; 2) a pauta deve abordar, entre outras  
919 questões, os escritórios modelos, bem como perfil e padrão de qualidade dos cursos de  
920 Arquitetura e Urbanismo; 3) o palestrante convidado, a confirmar, é o Arquiteto e Urbanista,





921 professor titular da PUC-CAMPINAS, Wilson Caracol Ribeiro dos Santos, para o debate do  
922 estado de arte Nacional; 4) por fim, pretende-se também convidar, um representante da  
923 CEF/BR. Lembra, ainda, que outro Fórum de Coordenadores deverá ser realizado no segundo  
924 semestre do ano, em Curitiba, com data provável de 26 de Outubro. A seguir, o Conselheiro  
925 comunica que foi levantada a hipótese de se realizar um Fórum de Docentes, porém, a sua  
926 efetivação deve ser submetida à apreciação do Fórum dos Coordenadores. Se aprovado, a  
927 data deve coincidir com o IV Fórum de Coordenadores. Quanto ao boletim informativo a ser  
928 distribuído aos Coordenadores de Curso das IES de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, o  
929 mesmo deverá conter: o descritivo das matérias levantadas na última reunião, tal como as  
930 visitas técnicas da CEF/PR às instituições de ensino superior; atualização do cadastro dos  
931 coordenadores de curso; proposta do Fórum de Discentes, que pretende-se organizar para  
932 Agosto, e no qual serão convidados dois membros de cada Diretório Acadêmico do Paraná; e,  
933 por último, o questionário sobre os cursos - que está sendo desenvolvido desde a Plenária de  
934 Guarapuava - com o intuito de que se desenvolva um compêndio sobre o perfil e padrão de  
935 qualidades dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Estado do Paraná. Neste item, devem  
936 estar inclusas as questões referentes a infraestrutura física e tecnológica, número e tipos de  
937 laboratórios disponíveis e itens qualitativos - como grau de formação dos coordenadores do  
938 curso - e ainda tópicos de caráter informativo - como nome fantasia e razão social das  
939 instituições de ensino superior. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ  
940 TABORDA DUDEQUE pondera sobre a possibilidade da formação de um quadro de jovens  
941 monitores - dois estagiários - pertencentes ao CAU/PR, para estabelecer as relações  
942 acadêmicas com os estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, numa tentativa de  
943 aproximação do Conselho com estes. A ideia, segundo o Conselheiro, é a da formação de um  
944 grupo dentro do *Facebook*, onde o então estagiário do Conselho tivesse a responsabilidade  
945 de alimentar e coletar as informações - por exemplo, de uma Reunião Plenária - para que a  
946 informação se dissemine, construindo a proposta do “Programa Jovem Arquiteto”. O objetivo  
947 do projeto é que os estudantes de área e suas entidades acadêmicas tenham um “canal  
948 direto” de comunicação com o CAU Paraná. Dentro deste contexto, eles devem contar ainda,  
949 de acordo com o Conselheiro, com o apoio do Conselho para a realização de cursos de  
950 complementação educacional, pleito na representação das Câmaras Técnicas e demais. Há  
951 um pequeno debate sobre a formação desta equipe e planejamento, onde o Presidente  
952 JEFERSON DANTAS NAVOLAR propõe a abertura de um edital para convocação dos  
953 estagiários, que deverão ser escolhidos por teste de seleção. O que é aprovado por  
954 unanimidade, encerrando o presente relato de Comissão.....

### 955 **3 Relato Conselheiro Federal Titular: Manoel de Oliveira Filho.....**

956 Sobre as questões concernentes à Reunião das Comissões do CAU/BR, o Conselheiro Federal  
957 Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO relata sobre a pauta da Comissão de Ética e Disciplina,  
958 em que se aprovou a elaboração de um sistema de padronização dos processos - conjunto à  
959 Comissão de Organização e Administração - para agilização dos relatos durante as Reuniões  
960 Plenárias. Os CAU/UF também devem receber tal documento para possível implementação  
961 nos Estados. Quanto aos assuntos concernentes a Comissão de Ensino e Formação, o  
962 Conselheiro destaca uma solicitação de revalidação de diploma que está me pauta desde a  
963 época do CREA, há 14 (quatorze), e que este ano foi aprovada. A Comissão de Relações  
964 Internacionais, do ponto de vista do Conselheiro, tem apresentado uma atuação “muito  
965 forte” por buscar no exterior - principalmente dos Estados Unidos e Inglaterra - os  
966 conhecimentos necessários para tratar das questões do ensino continuado, visto que a



967 tendência observada, atualmente no Brasil, é de que 80% (oitenta por cento) dos egressos  
968 dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil não procuram a atualização profissional. No  
969 que se refere a Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/BR, o tema de maior destaque,  
970 para o Conselheiro, foi o da política de recuperação dos créditos dos profissionais  
971 inadimplentes, determinada pelo CAU Nacional: “Na próxima reunião do nosso Conselho que  
972 vai ser dia 06 (seis) próximo, provavelmente já deve-se definir uma diretriz ou modelo para  
973 os CAU/UF sobre os procedimentos a serem tomados neste caso”. Independentemente, cita  
974 que o CAU/PR já está pontuando ações paliativas que possam contornar a situação atual.  
975 Neste aspecto, o Conselheiro lembra a proposta do Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
976 de envio de um “ofício de comunicação” aos profissionais de área inadimplentes, acusando a  
977 falta de pagamento de anuidade ao Conselho, via AR - aviso de recebimento. Porém, para o  
978 Conselheiro, este procedimento pode mostrar-se ineficaz, se considerado o tempo de envio,  
979 retorno de resposta e tomada de decisões, até a ação efetiva do Conselho Estadual. Assim  
980 sendo, propõe o envio de um “ofício de cobrança”, com a notificação da possibilidade de  
981 enquadramento em processo de ética profissional, pelo não pagamento da dívida. Na  
982 Comissão de Organização e Administração, dentre os assuntos debatidos, tratou-se da  
983 padronização para os fluxogramas de TI - tecnologia de informação - para facilidade de  
984 aprovação das Resoluções Plenárias. Sobre a implantação dos Escritórios Regionais, o  
985 Conselheiro pondera que os do Paraná atendem plenamente a exigências da Resolução.  
986 Também solicitado na última Plenária do CAU/BR foi a consolidação das resoluções junto à  
987 CEP - Comissão de Exercício Profissional - e COA - Comissão de Organização e Administração.  
988 Sobre a Resolução nº 51, o Conselheiro comenta o exemplo do CAU/DF, que comunicou ao  
989 Plenário que o Conselho daquele Estado deve enviar correspondência aos órgãos públicos,  
990 expondo a grade curricular do Arquiteto e Urbanista e a grade curricular do Engenheiro Civil.  
991 O Objetivo é o destaque da disciplina “projeto arquitetônico”, específica aos Cursos de  
992 Arquitetura e Urbanismo. Já o posicionamento do CAU/BR, de acordo com o Conselheiro, é a  
993 promoção de uma ação conjunta aos sindicatos e entidades para que se desenvolva um  
994 documento de abrangência Nacional, a ser encaminhado aos CAU/UF, para orientações de  
995 procedimento. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE  
996 acredita numa ação mais radical, pontuando que “pensando como acadêmico, nós tínhamos  
997 que expor ao ridículo o projeto feito por engenheiro. [...] Como é que nós poderíamos expor  
998 ao ridículo? Essa é uma proposta que eu lanço aqui, eventualmente para levar para frente.  
999 Nós entregamos ao CONFEA/CREA 10 (dez) projetos que consideramos exemplares de  
1000 arquitetura, do tipo Oscar Niemayer, Paulo Mendes da Rocha, etc. e pedimos: *está aqui,*  
1001 *critique os 10 (dez) projetos; agora me dá 10 (dez) projetos de vocês, que vocês consideram*  
1002 *melhor, que nós vamos fazer uma crítica.* Aí, vamos convidar gente da Federal do Rio Grande  
1003 do Sul, Federal da Bahia, Federal de Minas Gerais, para destrinchar um projeto, para  
1004 arrebentar um projeto, para mostrar ponto a ponto porque o projeto é ruim. Porque,  
1005 enquanto nós tivermos só na questão legislativa, estamos perdendo bala, porque é lógico  
1006 que isso conta a nosso favor, mas conta também pouco, na hora que nós expormos ao  
1007 ridículo e dissermos *é isso e isso, esse projeto não tem pé nem cabeça.* Por que, o quê? Eles  
1008 vão refazer? *Ah! Esse projeto é caro, essa viga, se ela fosse, se o pilar fosse redondo, se fosse*  
1009 *quadrado, representaria uma economia de 12% (doze por cento), quer dizer, isso aí é*  
1010 *linguagem de criança, que a gente aprende no primeiro, segundo ano.* Então, é uma ideia de  
1011 levar isso adiante, quer dizer, vamos expor ao ridículo os melhores projetos. Eu tenho certeza  
1012 que qualquer aluno do segundo ano faz um melhor projeto, do melhor engenheiro, projeto



1013 arquitetônico vai ser pior do que qualquer um do segundo ano”. Com a palavra aberta, o  
1014 Conselheiro Federal Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO entende como “salutar” a colocação  
1015 do Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, mas diz acreditar ainda na “política de  
1016 boa vizinhança”. O Conselheiro coloca que, se for acatada pelo Plenário a proposta -  
1017 conferida pela autonomia dos CAU/UF, que assim seja, todavia, ele confia na ação política  
1018 para a resolução das questões entre Conselhos. Quanto às considerações sobre a Comissão  
1019 Especial de Política Urbana e Ambiental do CAU/BR - a qual propõe que seja implementada  
1020 também no Paraná - o Conselheiro observa, unicamente, o empenho de seus membros nas  
1021 atividades até agora realizadas. Por fim, agradece ao Plenário e, com a palavra aberta, sem  
1022 manifestações, é encerrada a Palavra do Conselheiro Federal. ....

1023 **4 Extrapauta: Relato Reunião entre CAU/PR e Copel.**.....

1024 Inicialmente, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra a todos que a próxima  
1025 Plenária deverá ocorrer dia no dia 25 de Maio, na cidade de Londrina. Informa que há duas  
1026 semanas atrás o CAU/PR esteve em reunião com a Presidência e Vice-Presidência da COPEL -  
1027 Companhia Paranaense de Energia - aonde foi colocado que os Arquitetos e Urbanistas  
1028 “nunca assinaram um projeto de baixa tensão e não vai ser, a partir de agora, que vai  
1029 assinar”. Neste sentido, o Presidente comunica que o CAU/PR protocolou na Instituição um  
1030 parecer de 10 (dez) páginas, manifestando-se a respeito. E com a palavra aberta, sem  
1031 manifestações, encerra o relato. ....

1032 **Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS**  
1033 **NAVOLAR agradece aos Conselheiros presentes e, às dezenove horas e cinco minutos do dia 27**  
1034 **de Abril de dois mil e quinze, declara encerrada esta Reunião de nº 043 (Quarta de 2015) do**  
1035 **CAU/PR.** Para constar, eu, Arquiteta e Urbanista MÔNICA DE LACERDA GOMARA, Assistente de  
1036 Plenária deste Conselho, lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada por todo(a)s o(a)s  
1037 Senhor(a)s Conselheiro(a)s do CAU/PR, será rubricada por mim em todas as suas páginas e, ao final,  
1038 assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais. ....

JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
Presidente do CAU/PR  
CAU A8657-6

MÔNICA DE LACERDA GOMARA  
Assistente de Plenária CAU/PR  
CAU A97504-4

- Anexo I - Texto de Raul Nobre;
- Anexo II - Questionário Prefeituras Estado do Paraná / Câmaras Técnicas;
- Anexo III - Estudo comparativo de valor-base e valor-teto dos imóveis de interesse de negociação;
- Anexo IV - Ata da Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/PR;
- Anexo V - Quadro Resumo Conciliação mês de Março de 2015;
- Anexo VI - Resolução nº29/Alteração da Resolução; Resolução nº101/2015 CAU/BR;
- Anexo VII - Centro de Serviços Compartilhados CSC /Prestação de Contas- 2014;
- Anexo VIII - Relatório de Atendimento referente ao mês de Abril de 2015, Curitiba e Regionais;
- Anexo IX - Ata da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/PR;